

## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Porto-PR

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Semestre de 2015

**Senhores Acionistas,**  
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os documentos relativos às demonstrações financeiras e contábeis da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, bem como as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao 2º semestre e exercício de 2015.

**Cenário Econômico**  
No ano de 2015 a economia brasileira conviveu com avanço da inflação, aumentos da inadimplência e do desemprego e continuou a retração do consumo, o que afetou as atividades em diferentes setores. Para os próximos meses, as previsões apontam que a retração continuará nos mesmos níveis do que ocorreu em 2015, principalmente devido à crise política atualmente vivida no país. O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) no segundo semestre de 2015 acumulou alta de 4,24% e avanço de 10,67% em 12 meses, ficando assim bem acima do teto da meta estabelecida pelo Banco Central que foi de 6,5%. Para o ano de 2016, as previsões são de que a inflação continue acima do teto da meta.

Dados da Séries Externas apontam que 59 milhões de brasileiros começaram o ano de 2016 na lista de inadimplentes contra 54,1 milhões em 2015, sendo o desemprego o principal motivo apontado pelos consumidores.

O Brasil está passando por um momento de turbulência no cenário econômico e político e a situação exige cautela.

No ano de 2015 o Produto Interno (PIB) fechou com contração de 3,71%. A previsão para 2016 na pesquisa Focus do Banco Central, é de contração de 3,33%. Já, a previsão do FMI para o Brasil é de uma queda de 3,5% enquanto prevê crescimento de 3,6% para os Estados Unidos, 1,7% para os países da Zona do euro e 6% para a China.

Desta forma, a NEGRESCO CF continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentável, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

**Política Operacional**  
A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhe são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

**Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido**  
O resultado contábil positivo da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no exercício de 2015, alcançou a importância de R\$ 6,510 (milhões), com Patrimônio líquido equivalente a R\$36,874 (milhões).

**Patrimônio líquido em 31/12/2014**  
6.510  
(+) Lucro do exercício 40.378  
(-) Pagamento de juros sobre o Capital Próprio (2.097)  
(-) Distribuição de dividendo do ano anterior (6.814)  
(-) Distribuição de dividendo mínimo em 31/12/2015 (1.103)  
(-) Patrimônio líquido em 31/12/2015 36.874  
(+) Distribuição de dividendo em 20/01/2016 (2.984)  
(-) Patrimônio líquido em 29/02/2016 33.890

**Gestão de riscos**  
A NEGRESCO adota uma política rigorosa na administração dos riscos inerentes às suas atividades. A centralização da análise de crédito é uma das ações adotadas para obter um controle adequado desses riscos, objetivando aplicar as melhores práticas de mercado compatíveis com a natureza e a complexidade dos nossos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

**Risco Operacional**  
O processo da estrutura de gerenciamento do risco operacional implementado, está de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. A NEGRESCO S/A continuamente agrega esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. O aprimoramento constante das práticas de governança corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles internos são objetivos permanentes da instituição no sentido de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional. Promover a melhoria contínua dos seus produtos, serviços, processos e procedimentos, visando à qualidade de suas atividades operacionais.

**Estrutura de Gerenciamento**  
O gerenciamento de risco operacional é uma das atribuições e responsabilidades da Diretoria da NEGRESCO, composta por um Diretor Presidente e 04 (quatro) Diretores, indicados e ejetos em Assembleia Geral, para mandatos de 02 (dois) anos, cujas posses nos cargos, ocorrem mediante termo lavrado e assinado em livro próprio, após homologação pelo Banco Central do Brasil.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional na NEGRESCO respeita, segue, acompanha e atende as seguintes fases:

a) **Identificação**  
É realizada mediante o mapeamento dos riscos operacionais, bem como, dos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da Instituição;

b) **Avaliação**  
Periodicamente os riscos operacionais são acompanhados e avaliados buscando-se conhecer a

eficiência dos controles implementados com a finalidade de mitigar o risco operacional;

c) **Monitoramento**  
Os potenciais eventos de perdas operacionais têm permanente acompanhamento, mediante utilização dos controles internos existentes, cujo manual é base para que se possa avaliar e validar o desempenho e eficácia dos controles de riscos, tanto da instituição, quanto dos serviços terceirizados;

d) **Controle**  
É realizado mediante acompanhamento das ações implementadas visando à mitigação do risco operacional. Testes são realizados periodicamente com a finalidade de identificar se os processos e procedimentos são adequados. Assim, eventuais falhas constatadas, são objeto de propostas de melhoria dos respectivos controles;

e) **Mitigação**  
Representa o objetivo maior da implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional e da melhoria dos controles de riscos. Assim, o desenvolvimento de mecanismos e planos de ações com essa finalidade são prioritários no controle dos riscos operacionais identificados. A auditoria interna da NEGRESCO tem papel importante na estrutura de gerenciamento de risco, atuando em revisões regulares e sistemáticas, sempre buscando identificar os acertos e eventuais desvios nos controles implementados. A NEGRESCO vem trabalhando efetivamente no aperfeiçoamento de sua estrutura de risco operacional devido à sua importância para a qualidade do seu sistema de controles internos e do desenvolvimento de suas atividades operacionais.

Por fim, cumpramos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Neste horizonte, o planejamento, implantação, implementação e manutenção dos controles internos determinados como necessários, são ferramentas que visam garantir e resguardar as operações, processos e atividades da empresa e, consequentemente, uma gestão ética e transparente, bem como a elaboração de Demonstrações Financeiras que refletem com fidelidade e clareza a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, as quais são elaboradas de acordo com as práticas e normas contábeis aplicáveis.

Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 16 de março de 2015.  
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Nota explicativa	2015	2014	Nota explicativa	2015	2014	
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	4	156.368	175.787	Depósitos	11	29.159	81.124
Aplicações interfinanceiras de liquidez		761	765	Depósito a prazo		12.237	30.558
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4 e 5	8.354	9.254	Recursos de aceites e emissão de títulos		9.748	603
Operações de crédito	6	140.809	159.895	Recurso de aceites cambiais	11	9.748	603
Operações de crédito:				Outras obrigações		7.174	50.463
Setor privado		182.791	171.571	Cobrança e arrecadação de tributos e assessoramentos		143	98
Operações de crédito vinculadas a cessão		0	27.939	Sociais e estatutárias	17.c	1.103	6.133
Provisão para perdas em operações de crédito	6.d	(41.982)	(39.615)	Fiscais e previdenciárias	12	940	2.902
Outros créditos	7	6.426	5.955	Obrigações por operações vinculadas a cessão	13	0	34.522
Diversos	8	6.426	5.955	Diversas	14	4.988	6.778
Outros valores e bens		18	18	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Despesas antecipadas		18	18	Depósitos	11	110.291	72.634
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Depósito a prazo		9.040	10.517
Operações de crédito	6	3.975	3.778	Recursos de aceites e emissão de títulos		71.245	34.200
Operações de crédito:				Recurso de aceites cambiais	11	71.245	34.200
Setor privado		4.128	3.852	Outras obrigações		30.006	27.917
Provisão para perdas em operações de crédito	6.d	(153)	(74)	Obrigações por operações vinculadas a cessão	13	0	0
Outros créditos	7	14.782	13.694	Provisão para riscos civis e fiscais	15	30.006	27.917
Diversos		1.189	877	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PERMANENTE</b>				Capital de domicílios no País	17.a	32.675	32.675
Imobilizado	9	793	542	Reserva legal	17.b	1.215	889
Outras imobilizações de uso		1.885	1.461	Reservas especiais de lucros	17.c	2.984	6.814
Depreciações acumuladas		(1.152)	(919)	Total		176.324	194.136
Intangível	10	466	365				
Outros ativos intangíveis		2.932	2.559				
Amortização acumulada		(2.466)	(2.224)				
Total		176.324	194.136				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)						
	Nota	Reservas de lucros		Lucro prejuízos acumulados	Total	
		Capital realizado	Reserva legal			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>						
Saldo líquido do exercício		32.675	208	-	32.883	
Destinação do resultado:				15.272	15.272	
Constituição de Reserva Legal	17.b		681	(681)	-	
Distribuição de dividendos	17.c			(6.133)	(6.133)	
Constituição de Reserva Especial de Lucros	17.c			6.814	6.814	
Pagamento de juros sobre capital próprio				(1.644)	(1.644)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		32.675	889	6.814	40.378	
Lucro líquido do exercício				6.510	6.510	
Destinação do resultado:						
Constituição de Reserva Legal	17.b		326	(326)	-	
Distribuição de dividendos	17.c			(1.103)	(1.103)	
Constituição de reserva especial de lucros	17.c			2.984	2.984	
Pagamento de juros sobre capital próprio	17.c			(2.097)	(2.097)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		32.675	1.215	2.984	36.874	
Mutações do exercício				3.689	3.689	
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>		32.675	1.083	2.627	35.385	
Lucro líquido do semestre				132	132	
Constituição de Reserva Legal	17.b			(132)	-	
Distribuição de dividendos	17.c			(1.103)	(1.103)	
Constituição de reserva especial de lucros	17.c			2.984	2.984	
Pagamento de juros sobre capital próprio	17.c			(2.097)	(2.097)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		32.675	1.215	2.984	36.874	
Mutações do semestre				132	132	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Negresco S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 05 de julho de 2001, estando autorizada a operar com as carteiras de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de créditos direto ao consumidor (CDC) para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro, empréstimos pessoais e administração de cartão de crédito.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis 11.639/07, 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/09;  
b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;  
c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;

d) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;  
e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;

f) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução BACEN nº 3.923/09;

g) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;

h) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN;

i) CPC 35 (R1) - Benefícios a Empregados, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016 - Resolução nº 4.424/2015.

Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 04 de março de 2016.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apreciação do resultado

O regime contábil de preciação do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, ganhos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e BACEN.

c) Caixa e equivalentes de caixa

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

		2º semestre 2015	Exercício 2015	Exercício 2014
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>				
Operações de crédito	6	63.164	127.832	135.623
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.206	2.195	947
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>				
Operações de crédito	6	(8.769)	(17.232)	(15.480)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.d	(30.061)	(58.724)	(52.612)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		25.540	54.071	68.478
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		(23.616)	(45.676)	(44.080)
Recursos de prestação de serviços	18	2.260	4.787	7.536
Despesas de pessoal		(772)	(1.570)	(1.505)
Outras despesas administrativas	19	(20.911)	(40.221)	(44.360)
Despesas tributárias	20	(2.731)	(5.521)	(6.346)
Outras receitas operacionais	21	112	362	3.847
Outras despesas operacionais	22	(1.664)	(3.493)	(3.302)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		1.924	8.395	24.398
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.a	(568)	(4.233)	(8.916)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.271	2.348	210
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		2.627	6.510	15.272
Quantidade de ações no final do semestre / exercício		32.675.000	32.675.000	32.675.000
Lucro por ação no final do semestre / exercício		0,08	0,20	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre 2015	Exercício 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do semestre / exercício	2.627	6.510	15.272
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/ exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.271)	(2.348)	190
Provisão para imposto de renda e contribuição social	568	4.233	8.916
Depreciações e amortizações	207	375	328
Provisão para devedores duvidosos	30.061	58.724	52.612
Apropriação da despesa antecipada	27	57	67
Reversão de provisão para outros créditos	-	-	(8)
Provisão para riscos fiscais	1.203	2.236	(1.538)
Provisão para riscos civis	374	1.001	1.264
Imposto de renda e contribuição social compensados	(1)	(167)	-
<b>Variações em ativos e passivos</b>			
Redução (aumento) nos títulos e valores mobiliários	12.123	-	-
Redução (aumento) nas operações de crédito	(31.004)	(39.835)	(61.785)
Redução (aumento) em outros créditos	(277)	860	1.119
Aumento (redução) em aplicações	(7.300)	(19.298)	(14.140)
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais	9.112	46.189	30.446
Aumento (redução) em cobranças e arrecadações de tributos	17	45	1
Aumento (redução) em provisões fiscais e previdenciárias	395	270	(2.382)
Aumento (redução) em obrigações por cessões de créditos	(14.89)	(24.598)	(4.862)
Aumento (redução) outros passivos	(678)	(2.693)	(1.608)
Imposto de renda e contribuição social compensados	(1.612)	(6.545)	(8.888)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	(325)	14.838	5.384
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>			
Adições ao ativo permanente	(27)	(698)	(348)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(27)	(698)	(348)
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	</		

# NEGRESCO SA - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettega, 830 - Portão-PR

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

de encerramento do balanço, segundo o critério pró-rata dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.882/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas físicas e jurídicas, características estas da Carteira Comercial. A provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso a vencer	Percentual de provisão
A	até 14 dias	0,50%
B	de 15 a 30 dias	1,00%
C	de 31 a 60 dias	3,00%
D	de 61 a 90 dias	10,00%
E	de 91 a 120 dias	30,00%
F	de 121 a 150 dias	50,00%
G	de 151 a 180 dias	70,00%
H	acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de crédito com o nível "H" permanecem em mesma classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) são classificadas no mínimo em "A" conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta à perda ou ganho decorrente da operação. O resultado líquido da operação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prevista, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

Despesas antecipadas correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

Ativo imobilizado equivalem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financiera.

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

	Taxa - %
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Sistema de comunicação e equipamentos	20
Sistema de processamento de dados	20

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2009, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

Depósitos e captações no mercado aberto São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia.

Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pró-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pró-rata" dia).

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável até agosto de 2015 e de 20% a partir de setembro de 2015.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.249/10 e na Resolução BACEN nº 8.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos:

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificações como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas;

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade da tributos e contribuições;

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Estimativas contábeis A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Lucro por ação O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta à perda ou ganho decorrente da operação. O resultado líquido da operação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prevista, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

Despesas antecipadas correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

Ativo imobilizado equivalem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financiera.

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2009, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

Depósitos e captações no mercado aberto São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia.

Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pró-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pró-rata" dia).

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável até agosto de 2015 e de 20% a partir de setembro de 2015.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.249/10 e na Resolução BACEN nº 8.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos:

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificações como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas;

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade da tributos e contribuições;

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Estimativas contábeis A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Lucro por ação O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta à perda ou ganho decorrente da operação. O resultado líquido da operação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prevista, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

Despesas antecipadas correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

Ativo imobilizado equivalem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financiera.

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2009, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

Depósitos e captações no mercado aberto São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pró-rata" dia.

Outros ativos e passivos Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pró-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pró-rata" dia).

Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável até agosto de 2015 e de 20% a partir de setembro de 2015.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financiera espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.249/10 e na Resolução BACEN nº 8.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos:

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificações como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e civis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas;

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade da tributos e contribuições;

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

Estimativas contábeis A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Lucro por ação O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Nesse caso, o cedente deve baixar o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período. Quando não há a transferência de controle a instituição cedente deve manter registrado o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta à perda ou ganho decorrente da operação. O resultado líquido da operação assumida na operação, o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período e as receitas e despesas devem ser apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prevista, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) adquiridas for superior à perda provável.

Despesas antecipadas correspondem a comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação.

Ativo imobilizado equivalem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financiera.

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bem. O imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. O intangível não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2009, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

	2015	2014
D	943	6.500
E	860	4.618
F	764	4.414
G	2	27
H	689	4.257
Total	22.386	181.026

a) Cessão de Crédito A Financiera fez apenas uma cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ainda no primeiro semestre, junto ao HSBG no montante de R\$12.352 (R\$ 78.443 em 2014).

Desta forma, a entidade continuou a registrar os valores cedidos em seu ativo e atualizá-los pelas taxas firmadas inicialmente com os seus clientes. Em contrapartida, os recursos recebidos provenientes de cessão foram registrados no passivo pelo efetivo valor recebido, o qual está fielmente atualizado de acordo com as taxas praticadas nos contratos de cessão de crédito. Todas as cessões de créditos foram liquidadas até o segundo semestre de 2015 e, com isso, não restaram saldos nas contas do ativo e do passivo.

Tanto as receitas das operações registradas no ativo quanto as despesas das operações registradas no passivo estão sendo reconhecidas no resultado do período por competência.

7. OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Devedores diversos - país (a)	746	930
Impostos e contribuições a compensar (b)	2.660	3.218
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (c)	-	74
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL Diferido (d)	17.500	15.152
Outros	14.782	17
Sub-Total	21.208	19.549
Provisão Outros	-	-
Total	21.208	19.549

Circulante 6.428 5.892  
Não circulante 14.782 13.657

a) Referem-se basicamente as cobranças efetuadas por bancos e lojistas cujos valores são creditados no 1º dia útil de janeiro.



## NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 -  
Rua João Bettega, 830 - Portão-PR

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Acionistas e administradores da  
Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Curitiba, 04 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F PRCosme dos Santos  
Contador  
CRC nº 1 RJ-078.160/O-8 T-PR

24358/2016

CIR INVESTIMENTOS S.A.  
CNPJ N.º 08.303.499/0001-18 e NIRE n.º 41300072035  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CIR INVESTIMENTO S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise do desempenho da Empresa no exercício. Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Tratando-se de sociedade holding, o desempenho da Empresa reflete, basicamente, o comportamento de suas controladas.

Atenciosamente,  
A Diretoria.

ATIVO	2015		2014		PASSIVO	2015		2014			
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.403.878,02</b>	<b>1.367.623,01</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>16.698,64</b>	<b>10.778,53</b>	<b>SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>11.378,75</b>	<b>10.539,56</b>	<b>OBRIGACÕES FISCAIS</b>	<b>5.319,89</b>	<b>238,97</b>
DISPONÍVEL	81.543,87	44.272,48	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.561.212,60</b>	<b>27.928.506,00</b>	<b>EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (Nota 3.g)</b>	<b>-</b>	<b>27.928.506,00</b>			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 3.c)	5.285,39	1.323.350,53	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>56.279.121,33</b>	<b>29.618.124,34</b>	<b>CAPITAL SOCIAL (Nota 4.a)</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>62.453.154,55</b>	<b>56.189.785,86</b>	<b>RESERVA DE REVALIAÇÃO (Nota 4.d)</b>	<b>650.046,70</b>	<b>1.361.075,04</b>	<b>ADIANTAMENTO PARA FUTURO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>			
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>62.452.740,20</b>	<b>56.189.268,07</b>	<b>Participações Societárias (Nota 3.e)</b>	<b>62.452.740,20</b>	<b>56.189.268,07</b>	<b>AUMENTO DE CAPITAL</b>	<b>26.611.457,24</b>	<b>-</b>			
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>414,35</b>	<b>517,79</b>	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>63.857.032,57</b>	<b>57.557.408,87</b>	<b>RESERVA DE LUCROS</b>	<b>34.461.781,23</b>	<b>27.457.049,30</b>			
BENS EM OPERAÇÃO	1.034,75	1.034,75				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>63.857.032,57</b>	<b>57.557.408,87</b>			
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(620,40)	(516,96)									

Obs. As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Obs. As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS Em Reais		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC Em Reais	
	2015	2014	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(330.244,07)</b>	<b>(220.669,70)</b>	<b>Atividades Operacionais</b>
COM PESSOAL	(191.683,37)	(170.492,90)	<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>
ADMINISTRATIVAS	(138.457,26)	(50.073,36)	Depreciação e Amortização
DEPRECIÇÃO	(103,44)	(103,44)	Distribuição de dividendos
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(524,47)</b>	<b>(355,30)</b>	<b>Lucro Ajustado</b>
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(524,47)	(355,30)	Aumento/Redução - Outros créditos
<b>OUTRAS RECEITAS E</b>			Aumento/Redução - Realizável a longo prazo
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>10.463.472,13</b>	<b>13.811.668,07</b>	Aumento/Redução - Salários e Encargos Sociais
LUCROS E PREJUÍZOS DE PARTIC.			Aumento/Redução - Fomecedores
EM OUTRAS SOCIEDADES	10.463.472,13	13.811.668,07	Aumento/Redução - Obrigados Fiscais
<b>RESULTADO ANTES DO IR E CS</b>	<b>10.132.703,59</b>	<b>13.590.643,07</b>	Aumento/Redução - Outras Obrigações
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>10.132.703,59</b>	<b>13.590.643,07</b>	<b>Caixa Líquido Consumido nas</b>
Lucro por quota	12,67	16,99	<b>Atividades Operacionais</b>
			<b>Atividades de Investimento</b>
			Aumento/Redução Investimentos
			<b>Caixa Líquido Consumido nas</b>
			<b>Atividades de Investimento</b>
			<b>Atividades de Financiamento</b>
			Aumento/Redução - Empréstimos e Financiamentos
			<b>Caixa Líquido Consumido nas</b>
			<b>Atividades de Financiamento</b>
			<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>
			<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>
			<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Obs.: as notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 31/DEZ/2013 A 31/DEZ/2015						
	ADIANTAMENTO PARA FUTURO		RESERVA REAVALIADA	RESERVA LEGAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL				
<b>SALDOS EM 31/DEZ/13</b>	<b>800.000,00</b>	<b>-</b>	<b>3.251.400,00</b>	<b>160.000,00</b>	<b>15.945.529,11</b>	<b>20.156.929,11</b>
Realização reservas reavaliação anos anteriores	-	-	(1.119.108,04)	-	1.119.108,04	-
Realização reservas reavaliação do exercício	-	-	(771.216,92)	-	771.216,92	-
Distribuição de Dividendos (Nota 4.b)	-	-	-	-	(4.129.447,84)	(4.129.447,84)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	13.590.643,07	13.590.643,07
<b>SALDOS EM 31/DEZ/14</b>	<b>800.000,00</b>	<b>-</b>	<b>1.361.075,04</b>	<b>160.000,00</b>	<b>27.297.049,30</b>	<b>29.618.124,34</b>
Realização reservas reavaliação do exercício	-	-	(711.028,34)	-	711.028,34	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	20.367.293,40	-	-	-	20.367.293,40
Distribuição de Dividendos (Nota 4.b)	-	-	-	-	(3.839.000,00)	(3.839.000,00)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	10.132.703,59	10.132.703,59
<b>SALDOS EM 31/DEZ/15</b>	<b>800.000,00</b>	<b>20.367.293,40</b>	<b>650.046,70</b>	<b>160.000,00</b>	<b>34.301.781,23</b>	<b>56.279.121,33</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS DE 31/12/2015

## 1 Contexto Operacional

A CIR Investimentos S.A. tem por objetivo social a participação em outras empresas e a gestão de participações societárias (holding).

## 2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da lei das sociedades por ações e regulamentações do conselho federal de contabilidade.

## 3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

- a) Apuração de resultado  
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
- b) Disponíveis  
É composto pelo caixa e equivalentes a caixa com saldos bancários de conta corrente e aplicação financeira de liquidez imediata.
- c) Outros créditos  
Esse grupo está composto pelo saldo que permanece na conta de impostos a recuperar e a compensar, adiantamentos e créditos correntes com controladas.

Descrição	Em reais	
	2015	2014
Adiantamento de férias	2.039,92	3.056,30
Impostos a recuperar	0,00	1.317.048,76
Créditos correntes	3.245,47	3.245,47
<b>Total</b>	<b>1.322.334,15</b>	<b>1.323.350,53</b>

d) Realizável a longo prazo  
Essa conta está composta pela conta de débitos com acionistas. Em 2014 se deu a liquidação da mesma.

## e) Investimentos

As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, considerando o patrimônio líquido das controladas, na mesma data e seguindo as mesmas práticas contábeis.

Descrição	Em reais	
	2015	2014
Positivo Participações S/A	62.452.740,20	56.189.268,07
<b>Total</b>	<b>62.452.740,20</b>	<b>56.189.268,07</b>

f) Outros passivos circulantes e não circulantes  
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até a data do balanço.

g) Empréstimos e Financiamentos  
Essa conta é composta por débitos com o acionista controlador são decorrentes de contrato de compra e venda de valores mobiliários assinado em 18/11/2006, sendo seu vencimento final em 02/10/2016.h) Lucro (Prejuízo) por ação  
O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro (prejuízo) líquido/quantidade de ações em circulação". De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os lucros podem ser: distribuídos, utilizados para aumento de capital ou composição da reserva de lucro.

## 4 Capital Social e Reservas

a) Capital Social  
O capital social está representado por 800.000 (oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no país.b) Lucros  
A reserva de lucros será definida pelos acionistas em Assembleia Geral.c) Reserva Legal  
A reserva legal é constituída anualmente conforme determinação legal.d) Reserva de Reavaliação  
Os saldos de reserva de reavaliação serão mantidos até a sua efetiva realização, conforme facultado pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.Cixares Libero Vargas  
Diretor Presidente  
Rafael Moia Vargas  
Diretor  
Roberto Vidal de Oliveira  
CRC/PR 034.636/O-0

24282/2016